



ATA DA 102ª ASSEMBLEIA PÚBLICA ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIBEIRA DE IGUAPE E LITORAL SUL - CBH-RB, de 09/09/2022.

No dia nove de setembro de dois mil e vinte e dois, realizou-se a 102ª Assembleia Ordinária remota do CBH-RB, com a seguinte Ordem do Dia: 1) Abertura; 2) Informes Gerais da Secretaria-Executiva; 3) Informes sobre as atividades das Câmaras Técnicas; 4) Leitura e aprovação da ata da 101ª Assembleia Pública Ordinária, de 27/05/2022; 5) Apresentação e votação da Deliberação CBH-RB nº283, que aprova proposta dos municípios de Jacupiranga e Sete Barras no processo de financiamento com saldo de recursos do FEHIDRO e revoga a Deliberação “Ad Referendum” CBH-RB nº 269, de 25/10/2021; 6) Apresentação e votação da Deliberação CBH-RB nº284, que trata da indicação de prioridades de aplicação dos recursos do FEHIDRO, relativos ao 2º processo de habilitação ao financiamento do exercício de 2022; 7) Apresentação e votação da Deliberação CBH-RB nº285, que trata do Relatório de Situação de Recursos Hídricos 2022, ano-base 2021; 8) Informes gerais; e 9) Encerramento. A mesa virtual de trabalho foi composta pelos senhores Geraldino Barbosa de Oliveira Júnior, Rafael França Guimarães de Paula e Ney Akemaru Ikeda, respectivamente presidente, vice-presidente e secretário executivo do CBH-RB, doravante denominados simplesmente presidente, vice-presidente e secretário. No **Item 1 da pauta (Abertura)**, o presidente cumprimentou a todos, e verificando que o quórum estava assegurado para deliberações, leu a pauta e passou a condução dos trabalhos para o vice-presidente, devido à necessidade de se dirigir a outro evento inadiável e que exigia a sua presença, e mencionou que iria continuar acompanhando a assembleia pelo celular na medida do possível. Assumindo então a coordenação dos trabalhos, o vice-presidente cumprimentou e desejou boa reunião a todos, e anunciou o **Item 2 da pauta (Informes gerais da secretaria executiva)** e passou para o secretário, que cumprimentou a todos e deu informes sobre os expedientes tramitados na secretaria executiva, pertinentes aos assuntos relacionados a: a) elaboração do Relatório de Situação de Recursos Hídricos de 2022, ano-base 2021; b) análise do projeto de implantação da micro usina no rio Verde, no município de Tapiraí, no tocante à sua viabilidade quanto ao uso dos recursos hídricos, para atender à demanda do Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE; c) atividades das câmaras técnicas no 2º processo de habilitação de projetos ao financiamento com recursos do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FEHIDRO) de 2022; d) convocação e encaminhamento de documentos objeto de discussão e deliberação desta assembleia; e e) análise e manifestação do EIA/RIMA do Processo de licenciamento ambiental da “Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-Sal da Bacia de Santos – Etapa 4”, da empresa Petrobrás, para atender à demanda do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais - IBAMA. Passando para o **item 3 da pauta (Informes das câmaras técnicas)**, o secretário prosseguiu dando informes sobre as atividades das câmaras técnicas que foram empenhadas na avaliação de projetos participantes do 2º processo de financiamento do FEHIDRO/2022, bem como na elaboração do Relatório de Situação 2022. Paralelamente, a Comissão da Vertente Litorânea, composta por representantes dos 3 Comitês (RB, LN e BS), realizou reuniões com vistas à produção de vídeos institucionais, que já se encontra em fase final. O secretário deu informes também sobre o “Programa de Capacitação da Vertente Litorânea”, que terá início a partir do dia 12/09, lembrando que a proposta foi idealizada em 2016, para ser realizado a partir do início de 2020, mas, diante da pandemia devido ao Covid teve de ser postergado por mais de 2 anos. Passando para o **item 4 da pauta (Leitura e aprovação da ata da 101ª assembleia ordinária)**, o vice-presidente colocou a ata em apreciação e, não havendo contestação, foi aprovada por unanimidade, com dispensa de leitura. Anunciando o **item 5 da pauta (Apresentação e votação da Deliberação CBH-RB nº 283/2022)**, o vice-presidente convidou o sr. Gilson Nashiro, secretário executivo adjunto do CBH-RB, que apresentou breve histórico sobre os procedimentos que viabilizaram a aprovação pelo Comitê, por meio da Deliberação “Ad Referendum” CBH-RB nº 269, de 15/10/2021, referendada na 101ª assembleia, de 15/12/2021, dos projetos dos municípios de Jacupiranga e Sete Barras, ambos de saneamento (USI), em face da disponibilidade de saldo de recursos da Compensação Financeira pelo Uso dos Recursos Hídricos (CFURH) informada pela secretaria executiva do Fundo (SECOFEHIDRO), de acordo com a Deliberação COFEHIDRO nº 241. E prosseguiu esclarecendo



que, devido a um lapso de entendimento do mecanismo do Sistema de Informações (SINFEHIDRO), houve perdas de prazo e do saldo referido, que foi transferido para o Comitê Coordenador do Plano Estadual (CORHI) ao final de dezembro/2021. Então, para que não incorra na possibilidade de perda da oportunidade de obter financiamento para os empreendimentos, foi proposta a alteração da fonte de recursos, de CFURH para a Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos (COB), diante da disponibilidade de saldo COB oriundo dos cancelamentos de outros projetos no início deste ano. A proposta foi apresentada nos termos da Deliberação CBH-RB nº283, que trata também da revogação da Deliberação “Ad Referendum” CBH-RB nº269. Colocada em votação, a Deliberação CBH-RB nº 283 foi aprovada por unanimidade. Anunciando o **item 6 da pauta (Apresentação e votação da Deliberação CBH-RB 284/2022)**, o vice-presidente passou a palavra para o Gilson, que apresentou um resumo das atividades do 2º processo de habilitação ao financiamento com recursos do FEHIDRO de 2022, destacando: a) agenda do processo; b) quadro de recursos indicando os valores iniciais, a demanda de projetos no 1º processo, os recursos adicionais informados pela SECOFEHIDRO e os recursos disponibilizados para o 2º processo; c) as ações financiáveis e os valores limites do 2º processo; d) a relação de projetos protocolados e os reprovados por motivos técnicos ou por não apresentarem a totalidade da documentação exigida; e) quadro especificando o saldo final de recursos. E concluiu informando a necessidade de os proponentes com projetos classificados a providenciarem o cadastramento dos documentos no SINFEHIDRO, e colocou a secretaria executiva à disposição para apoiar nessa operação. Na oportunidade, o vice-presidente disse da necessidade de se criar mecanismo que permitisse aferir a qualidade de participação, objetivando a melhoria do sistema de gestão, inclusive a importância de cada tomador do financiamento trazer notícias do empreendimento financiado ao Comitê. Feitos os esclarecimentos, foi apresentada a Deliberação CBH-RB nº 284, constando no Anexo I a relação de 9 projetos aprovados e no Anexo II a relação de 3 projetos “suplentes”, ou seja, tecnicamente habilitados, mas que dependem de disponibilidade oportuna de recursos para prosseguimento para a próxima etapa do processo. O vice-presidente colocou em votação e o documento foi aprovado por unanimidade. Dando sequência, o vice-presidente anunciou o **item 7 da pauta (Apresentação e votação da Deliberação CBH-RB nº 285/2022)** e passou a palavra para o Gilson, que, considerando que a minuta do Relatório de Situação constitui “volume enciclopédico”, justificou a exposição sintetizada em PowerPoint, de forma a simplificar a apresentação e, sobretudo, para facilitar o entendimento dos participantes. Com esse intuito apresentou: a) conceitos gerais pertinentes; b) definição e propósito da adoção de indicadores; c) metodologia de construção; d) quadro de caracterização da UGRHI 11; e) a evolução dos indicadores de monitoramento (quanto à disponibilidade e balanço hídrico, saneamento básico, qualidade de água, resíduos sólidos e balneabilidade de praias, etc.) e a avaliação da gestão do Comitê. E concluiu a explanação ponderando que no contexto geral os números demonstram saldo satisfatório em termos de balanço hídrico, participação e desenvolvimento de atividades e dos níveis de atendimento das metas planejadas, a despeito de problemas existentes que precisam continuar sendo monitorados e exigem atenção e medidas de reversão. O vice-presidente indicou as seguintes recomendações: a) sobre resíduos sólidos, considerar o componente “transbordo” no monitoramento, como já está sendo feito pela CETESB; b) na questão dos indicadores da qualidade da água, a necessidade de aumentar o número de pontos de monitoramento; e c) sobre avaliação da gestão do Comitê, considerar no monitoramento também a avaliação qualitativa, não se limitando a números. Após os esclarecimentos e com a consideração das recomendações indicadas na redação, o Relatório de Situação da UGRHI 11 de 2022, ano-base 2021, foi aprovado por unanimidade, nos termos da Deliberação CBH-RB nº 285. Ainda com relação a gestão do Comitê, o vice-presidente informou que tem contado atores participantes de iniciativas exitosas, como a gestão da Bacia do São Francisco, o trabalho de monitoramento mundial da ONU e o trabalho do “Observatório das Águas”, que poderiam contribuir com suas experiências para a melhoria da gestão do nosso Comitê. Em seguida, no **item 8 (Informes gerais)**, o secretário informou a existência de trabalhos de análise de projetos de aproveitamento hidrelétrico, visando a instalação no rio Verde, no município de Tapiraí, e no rio Catas Altas, no município de Barra do Chapéu, e de análise dos estudos e do relatório de impactos (EIA/RIMA) do projeto “Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-



Comitê da Bacia Hidrográfica do Ribeira de Iguape e Litoral Sul
Rua Félix Aby-Azar, 442 – Centro – CEP: 11900-000 – REGISTRO/SP
Tel. e Fax. (13) 3821-3244
E-mail: comiterb@gmail.com

Sal da Bacia de Santos – Etapa 4”, da empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. Para tanto, falou da importância da participação nos citados trabalhos, bem como para debater outras questões relacionadas à gestão de recursos hídricos e às atividades do Comitê. Na sequência, sobre o evento “XXIV Encontro Nacional dos Comitês de Bacias Hidrográficas (ENCOB)”, do qual participaram representando o CBH-RB o vice-presidente, o prof. João Vicente Coffani Nunes, da UNESP de Registro, e o engº Adriano Teixeira Monsores, do DAEE, o vice-presidente deu os informes destacando que o encontro contou com cerca de 3.000 participantes, considerou oportuno para conhecer o estágio de gestão de recursos hídricos e a necessidade de compilar melhor os dados para apresentar ao público. Disse que o estande do CBH do Piracicaba, Capivari e Jundiaí (PCJ) estava muito bem-organizado, comentou sobre o projeto de educação ambiental ali apresentado, similar ao projeto “Kit água” do CBH-RB, e frisou a importância de melhorar a organização e empenho no CBH-RB para participação nos eventos dessa natureza. Disse que o Fórum Paulista tem atuação muito forte, inclusive politicamente em recursos hídricos. Lembrou da importância de iniciativas da Vertente Litorânea que possibilita união dos CBHs, bem como da instalação de Comitê Federal que constituiria força para debater temas de interesse regional. E concluiu dizendo que a experiência foi muito rica, pela intensidade e interatividade com diversos atores de outras regiões, e agradeceu a confiança em indicá-lo como representante do CBH-RB. Em seguida, Adriano endossou os informes e os comentários do vice-presidente e complementou observando que o CBH-RB avançou em várias questões, sobretudo se comparado a muitos outros colegiados, assim como se percebe a melhor estruturação do PCJ, e frisou a importância de o colegiado RB divulgar mais os seus feitos. Disse que o evento contou com a participação de 250 CBHs, falou da moção de repúdio ao PL 4546, que prejudica a gestão participativa, aprovada no Fórum e requer o empenho de todos no apoio desse movimento. Falou do estande da Agência Nacional de Águas (ANA) que permitia a tradução do “hidrologiquês”, ou seja, permitindo o entendimento de termos técnicos em linguagem acessível ao público, e do estande do Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná (SIMEPAR) demonstrando ações de monitoramento utilizando equipamentos modernos e sintéticos. Concluiu com elogios à organização do evento, informando que o próximo será realizado em Natal/RN, conforme aprovado em assembleia. O secretário ratificou o depoimento de ambos quanto à necessidade de melhoria na comunicação/divulgação do Comitê. Já no **item 9 da pauta (encerramento)**, o secretário agradeceu a presença de todos e passou a palavra ao vice-presidente, que agradeceu a todos e ressaltou os serviços prestados pelo DAEE, reforçou a necessidade de os membros do Comitê participar mais ativamente da agenda de recursos hídricos, observando que o canal de comunicação deve ser melhorado, inclusive como forma de ajudar a despertar mais interesse do público. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerrou a assembleia, que contou com a presença de 38 membros, sendo 14 representantes do Estado, 11 dos municípios e 13 da sociedade civil, com 33 membros em condições de manifestar o voto, que somados aos 16 convidados, totalizou 54 participantes